



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2009/2013

7
F
C

ACTA NÚMERO OITO

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ. -----

----- Aos treze dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 49º da lei número 169/99 de 18 de Setembro alterada pela lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto Um) – **Apreciação e Votação da acta da sessão de vinte e quatro de Setembro de dois mil e dez.** -----

----- Ponto Dois) – **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- Ponto Três – **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- Ponto Três Ponto Um) – **Informação escrita do senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

----- Ponto Três Ponto Dois) - **Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o Ano Financeiro de dois mil e onze.** -----

----- Ponto Três Ponto Três) – **Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano Financeiro de dois mil e onze**-----

----- **Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Participação Variável no IRS – Artigo 20º. Da Lei das Finanças Locais.** -----

----- Ponto Três Ponto Cinco) – **Apreciação e Votação da Proposta da Revisão dos Serviços – Decreto-Lei nº305/2009.** -----

----- Ponto Três Ponto Seis) – **Apreciação e Votação da Taxa de Recursos Hídricos e Modelo de Recibos de Água.** -----

---- Ponto Três Ponto Sete) – **Outros assuntos de interesse para o Município.**

mantiverem o corte para o Serviço Nacional de Saúde que dará mais sessenta mil euros, que dará um corte aproximadamente de quatrocentos mil euros. Vejam de facto que é extremamente difícil. Nós temos uma dependência muito grande do Orçamento de Estado, obviamente. Daí as receitas próprias ou a percentagem das receitas próprias serem o que são e a nossa independência sermos, como diz o relatório do anuário dos municípios, o terceiro município a contar do fim com menor grau de independência. Os cortes são significativos e por isso mesmo é que os valores do orçamento, relativamente ao ano transacto, também diminuem significativamente. A nossa preocupação (basta ver no plano e basta ver na sinopse) é solidificar e complementar aqueles investimentos que têm vindo a ser feitos desde o balneário das Águas Sulfurosas, o Parque Ambiental a ajuda à Raça Mirandesa, fundamentalmente direccionadas para o desenvolvimento económico e a criação de postos de trabalho que é essa a grande aposta, não descurando todas as outras vertentes da gestão autárquica. “ -----

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou cada um dos pontos à votação, tendo ambos sido aprovados por maioria. Votaram contra os senhores deputados: Heleno Simões, Cédric Cheio, José Carlos Gonçalves, Miguel Vaz Pinto e Levinda dos Penedos. Abstiveram-se o senhor deputado Vítor Pires e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Vaz. Colocados à votação em minuta, ambos os pontos foram aprovados por unanimidade. -----

----- **Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Participação Variável no IRS – Artigo 20º da Lei das Finanças Locais.** -----

----- Introduziu este ponto o senhor Presidente da Câmara referindo que, a exemplo de anos anteriores, o executivo decidira, por maioria, que os cinco por cento da participação variável no IRS reverteriam, na totalidade, para a Câmara Municipal. -----

----- O senhor deputado Cédric Cheio fez a seguinte intervenção: “ Sobre este ponto vou dizer exactamente aquilo que disse há um ano. Estamos constantemente a apelar aos governos medidas de apoio à fixação de pessoas no interior, medidas discriminatórias positivas e, quando temos aqui uma possibilidade de reduzir o IRS aos nossos contribuintes nós vamos taxá-los à taxa máxima que nos é permitido. Foi-nos fornecido e bem alguns exemplos

um desses funcionários. Recordo que três funcionários do canil intermunicipal são pagos pela Câmara Municipal. Aqui está o total. Mas a Câmara só tem de encargos um quarto desse salário porque os outros três são pagos pelas restantes câmaras que estão connosco no canil intermunicipal. Se atendermos aos funcionários que já pediram a aposentação e ela deverá ocorrer, se não for este ano, será no próximo ano, vai acontecer também aqui uma diminuição. Portanto, estamos em crer que estes oito vírgula zero cinco podem vir a descer atendendo a essas questões. Relativamente aos empréstimos o que queremos dizer é que esta Assembleia Municipal esteve marcada para o dia três de Dezembro e o plano e o orçamento foram aprovados na Câmara Municipal quinze dias antes ainda de o Orçamento de Estado ser aprovado. O empréstimo que foi contraído para a microgeração cento e trinta e tal mil euros ainda não está aqui contabilizado nas amortizações porque ainda não tinha chegado (já chegou entretanto) a autorização do Tribunal de Contas. Com as amortizações que fizemos, mas agora acrescentando esse empréstimo, se calhar os valores hão-de ser próximos desses, e essa é a explicação. Quanto à questão apresentada pelo senhor deputado Aníbal do Rosário quero dizer-lhes que os cortes são muito significativos como também são nas juntas de freguesia. São cortes muito avultados. Dizer que no ano de dois mil e nove o total de transferências do orçamento de Estado para o município de Vimioso foi de seis milhões trezentos e oitenta e dois mil novecentos e setenta e um euros, isto em dois mil e nove e já lhes digo que em dois mil e onze vamos receber menos que em dois mil e nove. Em dois mil e dez o orçamento de Estado previa transferir seis milhões, setecentos e dois mil, cento e vinte euros mas com os cortes a partir de Julho, na sequência das medidas do PEC, acrescidos de cerca de cinco mil euros mensais para o Serviço Nacional de Saúde totaliza mais ou menos, desde Julho até ao presente mês, uma diminuição de cerca de cinquenta mil euros/mês que a Câmara Municipal deixou de receber do orçamento de Estado. E agora, para responder à questão do senhor deputado Aníbal do Rosário o que saiu do orçamento de Estado e foi com base nisso que nós fizemos o nosso orçamento, a Câmara Municipal de Vimioso / município receberá, se não houver mais cortes, seis milhões cento e vinte e um mil novecentos e oitenta e um euros, ou seja um corte relativamente a este ano de trezentos e vinte e dois mil quatrocentos e vinte euros acrescido, se

sobre o que estão a fazer outros municípios nomeadamente alguns municípios do distrito de Bragança como são Vinhais, Alfândega da Fé e Vila Flor. Vinhais irá aplicar uma taxa de dois e meio, Vila Flor dois por cento, Alfândega da Fé irá isentar os contribuintes na totalidade desses cinco por cento. Acho que o caminho passaria por aqui, não diria na totalidade mas pelo menos em parte, dois e meio por cento. Seria mais até um grito de revolta para a nossa situação concelhia podermos dizer para além de todas as medidas que este executivo foi adoptando com o apoio à fixação através dos cheques bebés apesar de ser simbólico, através das residências a custos simbólicos, esta seria mais uma medida nesse sentido. O executivo assim não o entende, eu acho que seria uma boa medida.” -----

----- No uso da palavra o senhor deputado Serafim João disse: “ Quando ouço um deputado do Partido Socialista a dizer no sentido “grito de revolta” contra uma atitude da Câmara taxar os contribuintes com mais cinco por cento, devíamos libertá-los para os mais ricos, porque é a política do Partido Socialista e da bancada a que o senhor pertence. Isso é que é um grito de revolta. Quando o Partido Socialista põe em causa um orçamento da Câmara com a sinopse bem feita, transparente, em que se estipula o que se vai gastar e o que não se vai gastar (pode não se cumprir) o senhor deputado Cédric devia ter um espelho cujo letrero no cimo devia dizer: “ Partido Socialista Governo deste País” e, a partir daí tentar ver que o nosso concelho, sendo dos mais problemáticos em termos de emprego devíamos dizer assim: mais empregados para Vimioso, mais postos de trabalho e não criticar o facto da Câmara Municipal meter dezoito funcionários. Se calhar, infelizmente, é a única “empresa” que neste momento ainda dá trabalho. Devíamos dar o grito de revolta e diferenciarmos este concelho pela positiva, a tal discriminação positiva que o Partido Socialista tanto defende e o Governo do PS também, não se está a fazer. Devíamos desencadear os mecanismos reivindicativos desse tal grito de revolta e dizer assim: cada vez somos menos, cada vez estamos a receber menos, cada vez nos cortam mais e, aí dava-lhe todo o apoio nesse grito de revolta. Nós não devíamos olhar a partidos neste momento mas felizmente ou infelizmente temos que estar neles metidos, se quisermos fazer fé naquilo que dizemos e ao mesmo tempo ser portadores de alguma mensagem. Na nossa Assembleia ainda não temos ninguém que seja

independente, mas se calhar qualquer dia vamos tê-los, porque, se calhar, são esses que não estão agarrados a nenhum partido e defendem o seu concelho / região na medida em que devemos defender os mais desfavorecidos. Quanto aos cinco por cento penso que é do conhecimento de todos que vai beneficiar sempre os mais desfavorecidos, pelo menos foi a ideia com que fiquei o ano passado e com que fiquei este ano. Se a Câmara vai libertar esses cinco por cento para os contribuintes só vão ganhar os mais ricos, aqueles que recebem os ordenados mais altos, porque os mais desfavorecidos nunca recebem os cinco por cento, nem pagam impostos, infelizmente. Tomáramos nós todos que ganhassem mais do que ganho eu, que aí, já podíamos ser todos taxados e poder libertar para aqueles que tem menos condições de vida. " -----

----- Em resposta a esta intervenção, o senhor deputado Cédric Cheio disse: " Sabe Dr. Serafim João porque é que eu não tenho um espelho em casa a dizer Partido Socialista, sabe? Porque nunca o Partido Socialista me ofereceu nenhum espelho nem estive em nenhum cargo para o Partido Socialista me poder oferecer um espelho a dizer Partido Socialista. Se calhar ao contrário de outros deputados. Mas se quer falar em gritos de revolta política eu também deixo aqui o meu grito de revolta política: o senhor vá ver das dezoito pessoas que este executivo contratou recentemente a que cargos é que se candidataram e em que partidos se candidataram nas últimas eleições. Aí o senhor pode ver de que partido é que estamos a falar." -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos, na sua intervenção disse: " sou a favor que se isente quem reside cá ou que se reduzam as taxas de IRS se é isso que se pretende com essa proposta. É evidente que há uns mais beneficiados do que outros como em tudo na vida. Agora o que está em causa são vantagens e desvantagens de isenção de IRS. Então não vemos vantagens? Toda a gente viu vantagens na instalação em Vimioso da indústria transformadora das carnes e derivados da carne mirandesa. Então não vemos vantagens nisso? Porque é que apoiamos a instalação da carne mirandesa em Vimioso? Há vantagens e desvantagens em tudo na vida, os mais ricos e os mais pobres, é a lei da vida. É óbvio que os ricos, aqueles que mais ganham, mais beneficiam, mas também se calhar também depende mais deles do que de mim, que não tenho capacidade empresarial, o desenvolvimento do concelho, ou não depende? Não dependerá

7

mais do senhor Fernandes de Pinelo que investiu em Vimioso do que de mim ou de outro elemento do concelho, não dependerá mais do senhor Garrido de Carção do que de mim que ainda não investi cá nada, não dependerá do Moisés Guerra ou do senhor Emílio de Vilar Sêco ou de outros empresários que cá se radicaram. Então esses não têm que ser mais avantajados? Obviamente que sim que têm que ser mais beneficiados. Vamos colocar na balança os dois pesos: qual é mais vantajoso ou mais desvantajoso, isentar ou taxar? Os entendidos, os economistas, que se pronunciem sobre isso e a Câmara que se pronuncie também sobre isso. A minha modesta opinião, é que é mais vantajoso isentar por forma a seguir o exemplo, como já foi referido de outros apoios que foram dados às populações ao longo do mandato do Partido Social-democrata: apoio à juventude, o apoio à infância, o apoio à educação. São inquestionáveis esses apoios. Mas em termos de isenção, em sede de IRS agradecia que meditássemos um pouco sobre isto. Isto não é uma questão política, é uma questão do concelho, não é uma questão de divergência, é uma questão contabilística e pode de facto atrair como atraiu o município e muito bem a carne mirandesa para o concelho. Não está em causa uma questão política, não está em causa em apoiar ou não apoiar uma proposta do PS ou do PSD, está em causa uma questão crucial em minha opinião para o concelho. " -----

----- Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, disse: " Eu entendo e continuo a entender que a Câmara deve ficar com os cinco por cento. Já disse várias vezes que quem mais fica prejudicado é quem mais recebe, ou seja daqui da Assembleia, é o Dr. Heleno e o Dr. Cerqueira (Presidente da Assembleia). São os que mais pagam IRS aqui no concelho. A maioria das pessoas não paga IRS no concelho e quem paga, de facto ganha bem. Se ao meu vencimento forem reduzidos os cinco por cento ou os dois e meio por cento mais dinheiro ficará no concelho para as pessoas que precisam. Eu preciso menos, oxalá que as pessoas, enfim, tivessem todos os rendimentos que eu tenho. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, falou nos empresários. Sabe que as empresas não pagam IRS, pagam IRC. Nós não estamos a discutir IRC, nós estamos a discutir IRS. O senhor já perguntou nas finanças quanto é que pagam esses empresários de IRS, sabe quem é que paga IRS? Infelizmente são as pessoas que trabalham por conta de outrem e

aqui em Vimioso penso que são os funcionários públicos. São os que são prejudicados mas são no fundo aqueles que mais garantias têm de poder viver melhor, porque muita gente aqui no concelho de Vimioso não tem rendimentos e portanto esses que não têm rendimentos, terá que ser a Câmara a tentar ajudar. O senhor deputado Cédric falou das casas para a juventude, o bebé do ano, as vacinas os livros. O que se dá é daí, é esse dinheiro que tem de ficar. Somos nós que temos que ajudar e se podemos ajudar ainda bem. É por isso que eu defendo os cinco por cento.” -----

----- Interveio o senhor Vereador Torrão Vaz. Disse: “ Quando falamos em cinco por cento, muitos julgarão que quem paga vinte por cento de IRS, se abdicássemos os cinco por cento, passava para quinze. Não é isso que está em causa. Os cinco por cento traduzem-se no seguinte: se eu pagar no final do ano no computo global dos doze meses dois mil e quinhentos euros de impostos, cento e vinte e cinco euros, são cento e vinte e cinco euros (cinco por cento) revertem a favor do município para a área social. Portanto, não é reduzir a taxa de vinte para quinze como erradamente às vezes se pensa. No ano anterior quando se deliberou que os cinco por cento reverteriam a favor da Câmara foi também discutido o regulamento de apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos nomeadamente no âmbito das habitações e, uma das razões justificativas para essa deliberação foi este reforço da política social no concelho. Esse reforço foi evidente, foi visível, já aqui fizeram referência a várias áreas no domínio social em que a Câmara intervém no Bebé do Ano, no apoio dos livros, nas refeições, mas reforçamos também este ano o apoio à habitação degradada e foram contempladas cinco ou seis famílias na área da habitação degradada, outras em apoios técnicos e ainda outras no transporte para entidades de educação e saúde nomeadamente as crianças no âmbito da intervenção precoce para o Centro de Saúde. É este reforço que queremos continuar e é costume ouvirmos falar muito no conceito de solidariedade nacional que todos devem contribuir, então desta forma também nós contribuiremos, de acordo com o que diz o senhor Presidente, para propiciar aos mais carenciados condições de vida mais aceitáveis.” -----

----- No uso da palavra o senhor deputado Vítor Pires disse: “ Quero dizer que eu irei contribuir com duzentos e cinquenta euros este ano ou pouco mais de duzentos e cinquenta. Há um ano atrás disse aqui nesta mesma Assembleia

7
FZK
que não interessava à maior parte de nós, ou a alguns dos elementos da Assembleia, que a taxa fosse cinco por cento, fosse dois por cento, fosse zero por cento porque a maior parte dos deputados desta Assembleia e elementos do executivo não pagam IRS no concelho de Vimioso. Estou a falar bem ou não estou? Gostava de saber quem é que paga impostos no concelho de Vimioso dos presentes aqui. Estamos a discutir alguma coisa que não interessa a todos aqui, só interessa a alguns. Para o desenvolvimento do concelho de Vimioso interessa pagar os impostos cá em Vimioso.” -----

----- Interveio o senhor deputado Heleno Simões. Sobre este ponto disse: “ Eu já o ano passado mostrei aqui a minha discordância na questão dos cinco por cento. Eu nem sabia que a Câmara sabia que eu e o Dr. Cerqueira somos os que pagamos mais impostos no concelho. Pensei que isso também era sigiloso, mas não, pelos vistos é público. Eu disse o ano passado que pagava a taxa máxima de quarenta e dois por cento e o Dr. Cerqueira pagará concerteza a mesma. Quando se fala em isentar um contribuinte de uma taxa moderadora na saúde, se calhar só é um euro e qualquer coisa. Isso é uma grande vantagem e até dá votos porque se isenta e fica tudo muito bonito. As pessoas vão quantas vezes quiserem ao médico, não pagam nada. Elas até dizem, ó senhor doutor não se preocupe que eu até nem pago, se o senhor esteve cá na semana passada, não se preocupe que até nem pago. E nós aguentamos com não sei com quantas pessoas a mais por causa disso. Penso que o IRS se é pouco para nós descontarmos, se calhar é pouco no orçamento geral da Câmara os sessenta e tal mil euros que estão aí se forem investidos naquilo que foi proposto o ano passado, se calhar até são muito bem, e se fossem seiscentos mil ainda era melhor. Esta discussão é chover no molhado. Não vale a pena nós estarmos aqui a discutir se é melhor ou pior porque ainda nem se discutiu o descer para dois, o descer para três porque, o Partido Socialista propõe uma coisa, nós sabemos que daqui a bocadinho vota-se e ficam os cinco por cento. Portanto isto é tempo perdido estar aqui a conversar porque a Câmara decidiu a assembleia é maioritariamente PSD vai votar a proposta. Tudo o que estamos aqui a dizer é a queimar tempo. No entanto acho que a discriminação positiva devia começar se calhar pela autarquia, devia ser a própria Câmara a discriminar positivamente e não ser o Governo. O Governo agora vai dar porque coitadinhos, os transmontanos precisam lá de dinheiro,

quando a Câmara cobra a taxa máxima a tudo. Já o ano passado defendi esta posição, mas não vale a pena, nós estamos aqui a defender uma coisa que é reprovada. Eu pago aqui, já o ano passado chamei a atenção se calhar mais de cinquenta por cento dos deputados e dos vereadores que estão aqui não pagam aqui o IRS. O senhor Presidente aí tem razão, eu pago aqui IRS e pago sempre. Não quero ir tirar na carteira, porque eles até mo tiram, nem mo pedem, já mo tiram e outro tenho que o levar lá no fim do ano ou melhor se calhar tenho que declarar em Março.” -----

----- A fim de fazer um esclarecimento o senhor Presidente da Câmara interveio e disse o seguinte: “ Dizer ao Dr. Heleno que referi o seu nome porque penso, não tenho conhecimento do seu vencimento, não sei quanto é que ganha nem o Dr. Heleno nem o Dr. Cerqueira, presumo que devem ser das pessoas que poderão efectivamente ganhar mais aqui. Os médicos penso que ganham bem e portanto foi isso. Desculpe ter-me referido a si, referi-me porque estava aqui presente e portanto peço desculpa se por ventura ficou magoado com isso. Eu próprio disse também que ganho mais do que a média do pessoal do concelho e portanto quem vai ficar prejudicado são pessoas daqui. Referi-me a vocês nesse sentido. Eu gostei de ser sempre solidário por isso é que aceitei sempre esta proposta.” -----

----- Ainda sobre este ponto interveio o senhor Vice-Presidente. Referiu que ao contrário de anos anteriores, em que, caso a Câmara e a Assembleia não deliberassem os cinco por cento revertiam para o Estado, com a nova legislação, mesmo que não haja deliberação municipal os cinco por cento já revertem para a Câmara, donde nem era necessário trazer o assunto à reunião de Câmara e sessão da Assembleia, tendo o executivo, numa atitude de transparência e abertura, querer discutir o assunto. Sublinhou que o senhor deputado Cédric referira que alguns municípios do concelho de Bragança deliberaram de forma diferente, mas não disse que a maioria deliberou como o município de Vimioso como aliás acontece na esmagadora maioria dos municípios do País. Considerou que compete ao Governo decidir acerca da isenção ou redução de impostos sobre o trabalho e não passar essa responsabilidade para as autarquias. Uma vez mais sublinhou que o deliberar isentar, fosse qual fosse a percentagem, beneficiaria quem tem mais rendimentos, donde a Câmara ao arrecadar essa verba e encaminhando-a,

7
FD
C
como tem feito, para a acção social, está a favorecer quem mais precisa numa clara política de solidariedade para com os mais desfavorecidos. Concordou que prescindindo dessa verba, essa medida poderia ser mais um incentivo à fixação de pessoas, contudo sublinhou que as políticas / medidas de fixação e atracção que a Câmara tem implementadas significam muito mais que os cinco por cento do IRS, considerando ainda que essa atracção seria mais de transferência de residência fiscal do que mudança efectiva de residência. Terminou dizendo que ao contrário do que afirmou o senhor deputado Heleno Simões, a Câmara não taxa tudo ao máximo, pelo contrário, as taxas sobre os munícipes são das mais baixas e em alguns casos até mesmo as mínimas como é o exemplo das taxas do IMI. -----

----- O senhor deputado Vítor Pires questionou o senhor Vice-Presidente se as empresas, que executam obras públicas em Vimioso, pagassem o IRC em Vimioso, em vez de pagarem fora do concelho, não seria muito melhor para a autarquia pois que haveria mais rendimentos. Porque é que a Câmara não actua dessa forma? -----

----- Respondeu o senhor Vice-Presidente referindo que quando se trata de concursos públicos qualquer empresa é livre de concorrer e não é a Câmara que determina quem ganha mas sim quem apresentar melhor proposta no estrito cumprimento da lei. Quanto aos ajustes directos (concursos limitados) a Câmara convida sempre empresas do concelho e na esmagadora maioria dos casos são elas a realizar essas obras. -----

----- A senhora deputada Ilda Martins, relativamente ao IRS fez a seguinte intervenção: " Em relação ao IRS, não sei porque é que há tanta confusão. As taxas são taxas a nível nacional e depois conforme o rendimento de cada um é que é enquadrado na sua taxa. Há muitas pessoas, na média dos mil e quinhentos euros de rendimentos, que não pagam IRS e ainda vão buscar IRS. O IRS é entregue ao Estado conforme o rendimento. Os que recebem o ordenado mínimo não são tributados, não têm taxa de IRS, não pagam. Quantas pessoas aqui no concelho não têm o ordenado mínimo. Mediante as despesas que a pessoa declara no IRS, vai buscar algum no caso de ter declarado IRS mas se formos a ver aqui no concelho há tantas pessoas aposentadas, os reformados, são pensões inferiores a seis mil euros nem são obrigados a fazer IRS. E em relação ao IRC, há tantas empresas aqui que não

têm lucro, se não tiverem lucros não pagam. Agora o que se está aqui a discutir, os cinco por cento, são mediante as pessoas todas do concelho, o que o Estado tem, aquilo são rendimentos que o Estado vai cobrar. Mediante esses rendimentos todos que o Estado tem, é que os cinco por cento revertem a favor da Câmara. Está-se a discutir uma taxa que não tem nada a ver com as taxas, as taxas são a nível nacional. " -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse: " Eu vou fazer um pouco aquilo que será uma declaração de voto antes de o voto ser executado. Há cerca de um ano discutia-se aqui a aprovação de um documento, pela primeira vez em Vimioso, de combate à pobreza e à exclusão social, em concreto prevendo a aprovação de medidas de apoio à recuperação de habitações degradadas de famílias também elas (passo a expressão) degradadas / excluídas. Tenho algumas provas dadas no que respeita à tentativa ou melhor ao apoio à coesão territorial e coesão social porque não há coesão social sem haver coesão territorial. Eu vim aqui defender o documento e foi-me dito que os investimentos na recuperação das habitações iriam ser suportados por verbas do IRS. Foi o que me disseram na altura. E quando assim me falam eu naturalmente apoio todas as alterações. Acho que todos nós temos um coração e devemos sentir que há gente com mais problemas do que nós embora também haja gente que ganha mais do que nós. Portanto, vamos apoiar, eu por mim faço aqui uma alteração radical da minha posição inicial que apontava no sentido de reprovar esta proposta e, se quando o argumento para mim de muito peso, quando me dizem que estes cinco por cento são encaminhados precisamente para o combate à pobreza a favor da coesão municipal, já que estamos no nosso município, por mim dou o aval a esta proposta." -----

----- No uso da palavra o senhor deputado Miguel Vaz Pinto fez a seguinte intervenção: " Acho que esta discussão tem o seu interesse mas acho que, nos termos em que foi apresentada por alguns elementos que por aqui passaram, acho que esconde outra realidade que isso é que é o verdadeiro contributo que se dá ao concelho. Estou perfeitamente à vontade porque eu pago IRS e IRC pagamento especial por conta, IVA pago esses impostos todos aqui. Sou o deputado que está aqui nesta sala que mora mais perto da Câmara Municipal. Tenho cá a minha empresa e o senhor Presidente há bocado disse, ou deu a

entender, que os médicos é que ganhavam. Um empresário que tenha uma empresa no concelho se declarar muito também paga muito, se calhar subentendeu que as pessoas fugiam aos impostos. Eu pago muito IRS felizmente, é sinal que a minha empresa funciona, pago muito IRC é sinal que a minha empresa funciona. Mas acho que isso é uma discussão menor quem é que paga quem é que tem o cartão de contribuinte em Vimioso, quem é que não tem. O grande contributo é contribuir para a economia, é ir ao supermercado é ir aos restaurantes, é comprar roupa cá, acho que esse é que é o verdadeiro contributo. Estamos todos de acordo que a canalização destas verbas para os apoios sociais é uma boa medida. Como disse o Dr. Heleno estamos a discutir aqui isto, isto vai ser aprovado e portanto não vale a pena se calhar, num certo sentido, estarmos aqui a discutir certas coisas. Discutimos aqui um orçamento para o próximo ano e acho que há muitos outros sítios onde se pode, olhe em vez de nomear cinco pessoas para o seu gabinete e para a assessoria nomeava só uma ou duas e pronto já tinha aí dinheiro, podemos ir a muitas coisas, podia cortar na publicidade, nos boletins municipais nessas coisas todas, há muito onde pode cortar e certamente que haveria dinheiro para os apoios sociais e apoios de outra natureza. Portanto acho que é uma falsa questão é um debate menor porque de facto o grande contributo é as pessoas ganharem aqui o seu dinheiro, pagarem aqui os seus impostos, mas investirem aqui na economia. Não é chegar ao fim do dia e irem embora e se calhar ir ao modelo às compras ou a outro hipermercado ou ir para as suas casas para outros sítios. Eu orgulho-me de não ter nascido aqui, a minha família é de cá como toda a gente sabe, mas eu orgulho-me de ter tomado a opção de ter terminado os meus estudos e ter criado a minha empresa aqui porque felizmente hoje em dia a Internet permite-nos estar em qualquer parte do mundo e desenvolvermos os nossos trabalhos. Também não estou à espera que me convide para fazer nenhum projecto, também já sei disso e felizmente também passo bem sem ele. Acho que o grande contributo que nós podemos dar, mais do que pagarmos o nosso IRS, é precisamente gastar o que nós ganhamos aqui, estimulando a economia.” -----

----- Terminadas as intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. Foi aprovado por maioria com os votos contra dos senhores deputados Heleno Simões, Cédric Cheio, Miguel Vaz Pinto, Levinda dos

Penedos e Vítor Pires. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Proposta da Revisão dos Serviços – Decreto-Lei nº305/2009. -----

----- Para introduzir este ponto foi dada a palavra ao senhor vereador Torrão Vaz. Disse: “ Esta alteração à organização dos serviços das autarquias locais não é lato que resulte da vontade da Câmara Municipal. Na sequência da publicação do diploma legislativo, as Câmaras Municipais devem até ao final do ano promover a reestruturação dos seus serviços. Desta forma e tendo em conta a prática que vem sendo desenvolvida na Câmara, tendo em conta o conceito de Chefes de Divisão e trabalhadores que lhe estão adstritos procedemos apenas à reformulação do organigrama da Câmara Municipal adequando os funcionários à divisão com que mais directamente trabalham, isto também pela questão da entrada em vigor do SIADAP (avaliação). Em suma esta reorganização dos serviços não se traduziu na criação de qualquer divisão. As divisões mantêm-se relativamente ao organigrama anterior e não se traduziu na criação de qualquer outra secção que implique provimento de lugar. Portanto, no fundo, foi uma adaptação àquilo que na prática vinha sendo corrente.” -----

----- Não tendo havido pedidos de intervenção e / ou esclarecimentos, passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- Ponto Três Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Taxa de Recursos Hídricos e Modelo de Recibos de Água. -----

----- Introduziu este ponto o senhor Vereador Torrão Vaz. Disse: “ Na sequência da publicação do Decreto-Lei de dois mil e oito e de orientações expressas da administração, entende-se que ao utilizador deve ser imputado, digamos assim, a chamada taxa de recursos hídricos. Tem criado alguma polémica desde dois mil e oito, sendo que até ao momento a Câmara não tem imputado essa taxa de recursos hídricos no consumo da água e tem vindo a suportar esse pagamento que se traduz, num consumo por exemplo médio de dez euros mensais, em cerca de quinze cêntimos para o consumo de água e também no que diz respeito aos esgotos. Foram distribuídas essas informações, poderão ver na simulação do consumo de cinco metros cúbicos